

ATA Nº 200/2017

Aos trinta dias do mês de novembro de dois mil e dezessete, às oito horas e trinta minutos, na sala de reunião da Secretaria Municipal de Assistência Social, na Rua Ernani Cotrin, 747, Centro, no município de Capivari de Baixo, reuniu-se Ordinariamente o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), sob a presidência do conselheiro Eliezer Marques Costa (PMSC), estando presentes: a vice-presidente Rosilene Costa Antônio (APAE), os conselheiros: Elizabeth de Medeiros Gomes (Pastoral da Criança), Zélia Schneider (EPAGRI), Fernando Araújo Brasil (Sec. de turismo), Sandra Pereira Domingues (Associação Jorge Lacerda), Rodrigo Rosa Geraldi (Sec. de Planejamento), Fabiola Koenig Soares (Sec. de Educação), Vitor César Paris (Sec. de Obras), Mário Sérgio Rodrigues (Grupo Escoteiro Carijós), Eraldo dos Santos (APP), Rosa Machado Silveira (CEACA), Pedro Paulo Cardoso Martins (SINTRESC), Luciane Ferreira Medeiros (SAS/CRAS), Elto Aguiar Ramos (Polícia Civil), Katiusse de Cássia Gros de Jesus (SENAI). Ainda estiveram presentes: Alessandra (SAS), Alessandra Pascoali (Controle Interno), e as conselheiras tutelares: Karla F. Felix e Ariele Rodrigues de Lima. Eliezer inicia a reunião analisando as faltas dos conselheiros até o momento no conselho, que se encontram em anexo a pauta. E reforça a importância da participação de todos, quando o titular não puder estar presente este deve lembrar sempre de avisar o suplente, não havendo a possibilidade da presença de nenhum dos dois encaminhar justificativa por escrito. Eliezer relata que foi deliberado pelo conselho, realizar a eleição da sociedade civil na presente reunião, e solicita as fichas de inscrições, repassa aos presentes, sendo as entidades candidatas: Grupo Escoteiro Carijós, SINTRESC, CEACA, APAE, Associação Jorge Lacerda, SENAI, Clube Esperança, APP e Pastoral da Criança. Eliezer lembra os presentes que a forma de eleição, já que não tiveram outras entidades interessadas será por aclamação. Eliezer questiona se todos aprovam a eleição das entidades mencionadas. Conselheiros concordam por unanimidade. Com relação à tramitação da assessoria de rede, Sabrina relata que foi dado novo encaminhamento com a mudança de uma frase, após reunião com Alessandra, Patrícia e Selma, porém a solicitação não chegou ao setor responsável, que seria o Adriano, estando agora aguardando a resposta se ainda será dado encaminhamento esse ano ou ficará para o ano que vem. Com relação aos orçamentos que ficaram na responsabilidade do conselheiro Fernando de Araújo Brasil, Eliezer diz que foi entregue apenas os orçamentos da Gráfica Duarte e Prosa e Verso, porém mesmo assim vieram sem assinatura e em nome do Fernando. Eliezer orienta que o orçamento deve ser solicitado em nome do conselho. Eliezer diz para Fernando tentar na Gráfica Humaitá, pois é a gráfica que costuma vencer as licitações, e que já realizou alguns trabalhos junto ao conselho. Eliezer questiona quem poderá ficar com a função de auxiliar o conselheiro Fernando nessa tarefa, ficando responsável também o conselheiro Eraldo. Alessandra relata que Katyane tem modelos de orçamento, e os conselheiros podem estar pegando. Sobre o diagnóstico da criança e do adolescente Eliezer questiona quem ficou responsável. Luciane relata que foi revisto por ela, Rosa, Katiusse e Sandra. Eliezer questiona como estão os encaminhamentos, Sabrina diz que os diagnósticos que recebeu foram os que foram relatados no grupo, e agora também o do SENAI. Eliezer questiona se a comissão não conseguiria tentar agilizar até a última reunião desse ano, no dia 14 de dezembro. Rosa diz que tentarão. Sobre os editais de 2018, Sabrina lembra que Eliezer não esteve na reunião a qual os mesmos foram confeccionados, Eliezer solicita que Luciane explique o que foi decidido. Luciane diz que o que ficou em haver foi à questão das datas da publicação e início, o restante foi revisto. Rosa questiona quando será a publicação, se ainda este ano. Sabrina diz que será ano que vem. Pedro Paulo diz que recorda de uma discussão em abril, mas não tem certeza da data definida. Sabrina se ausenta para imprimir, pois os editais estavam em pendrive, porém devido o número de participantes da reunião não haveria espaço para colocar o datashow. Alessandra (controle interno) aproveita para expor as suas considerações sobre a última prestação de contas do grupo escoteiro, e informa que uma das discussões que teve com a comissão de fiscalização foi que deveria ter um critério para saber se essa criança está de fato em situação de vulnerabilidade, sendo sugerido que se solicitasse a comprovação de que a criança esteja inscrita no programa Bolsa Família. Luciane corrige, a criança deve estar inscrita no Cadúnico, Alessandra (SAS) concorda. Alessandra (Controle Interno) reforça também que para a prestação de contas é necessária nota fiscal, não valendo o recibo. Eliezer questiona se algum conselheiro quer verificar novamente os itens da prestação de contas do grupo escoteiro. Rosa diz que ainda não seria o caso, pois esta bem clara as pensências, e a Comissão de fiscalização ainda terá que rever devido às considerações do parecer e ofício. Conselheiros concordam. Alessandra (Controle Interno) reforça que não constam gastos com comida, faltando as notas fiscais comprobatórias dos gastos com as crianças do projeto. Com relação ao ônibus ok, porém questiona se foi ônibus para todos. Mário relata que o gasto de R\$1050,00 que está na planilha já é para as 6 (seis) crianças, o total foi R\$3.500 reais para Rio Negrinho. Mário aproveita para justificar sua ausência

na reunião da comissão de fiscalização, diz que teve consulta médica, que atrasou, o impossibilitando de chegar a tempo, porém já tinha separado alguns papéis e visualizou alguns equivocados. Referente às inscrições na UNB os valores por mês são diferenciados, pois são atualizados, tem reajustes mensais e não fornecem notas fiscais. Alessandra (controle interno) relata que o valor dessas inscrições foram aceitas, pois estão com os valores discriminados. Com relação ao ônibus Mário diz que o grupo escoteiro de Capivari de Baixo se juntou com o grupo de Tubarão, pois o mínimo que aceitariam eram 40 participantes, e o de Capivari estava com 17, por isso realizou um depósito para Tubarão e já solicitou declaração. Com relação à alimentação Alessandra diz que apenas o valor da alimentação da viagem foi considerada, as demais como minipizza não. Mário diz que na viagem a ARSC estavam 60 crianças, sendo que foi descontado no valor de Tubarão, infelizmente não possui nota fiscal. Pedro Paulo observa que pelo que constava nas fichas pra esta atividade em Rio Negrinho foram 6(seis) crianças, então pra que 275 minipizzas. Mário diz que irá rever as pendências, como foram reuniões seguidas: a da comissão de fiscalização e a ordinária do CMDCA, ele não teve como analisar todos os itens solicitados ainda, portanto solicita nova data para a comissão de fiscalização para rever e sanar as pendências apontadas pela comissão. Conselheiros concordam, irão verificar agenda e agendar nova data. Eliezer diz que nem deveria aparecer o recibo das minipizzas e sim o edital do evento. Alessandra (controle interno) diz que a única nota que tem validade, por enquanto, referente à comida é a de R\$117,00 do lanche da viagem, e reforça que recibo não é válido. Eliezer diz que Eliane, do Grupo Escoteiro deve aprender a fazer a nota fiscal. Eliezer lê o parecer 007/2017 da Comissão de fiscalização, o qual no momento desaprova parcialmente a última prestação de contas do Grupo escoteiro, informando que foi entregue o ofício 189/2017 a Mário onde informa as pendências a serem observadas. Eliezer informa o conselho que o Grupo escoteiro solicitou a aplicação do recurso R\$453,50 restante em atividades de final de ano do Grupo Escoteiro, e diz que fica a prestação à disposição dos conselheiros para conferir as contas. Alessandra (controle interno) diz que deve haver a devolução. Eliezer diz que ainda não é o parecer definitivo. Alessandra diz que esse valor deveria estar rendendo na conta do FIA e quanto antes for devolvido melhor. Mário diz que refez o cálculo e informa que verificou ser um valor a mais, mas que com esse valor gostaria de comprar para cada integrante do escoteiro uma caixa de bombom, doces de forma geral e fazer um almoço de interação com as famílias. Diz que foi enviado rifas para realizar o almoço com os pais, mas não sabe qual valor será arrecadado, e há um custo das crianças do projeto e dos pais, mas não faz parte do projeto, mas seria também considerada uma atividade extra-sede, seria no Rotary. Eraldo diz que se for um almoço de inclusão caberia no projeto, pois não faria sentido fazer somente com os integrantes do projeto, pois estaria excluindo e não incluindo, porém não concorda se for para comprar caixa de bombom, ai não caberia. Eliezer observa que não podem ser misturadas crianças que são do projeto com as que não são. Pedro Paulo questiona se esse valor seria para ser utilizado com as crianças do projeto ou para o fechamento geral do Grupo Escoteiro. Rosa diz que nem tudo pode ser justificado. Mário relata que seria para todos. Vitor diz que já fechou e entregou a prestação de contas, não teria como incluir mais um gasto. Eliezer diz que a Comissão ainda se reunirá para sanar as pendências dessa prestação, portanto ainda daria para modificar, pois foi apresentada na planilha essa possibilidade de o conselho autorizar o gasto desse recurso restante. Eliezer diz que tem dois pontos de vista, e os conselheiros devem decidir, Alessandra (controle interno) diz que a dificuldade seria comprovar que o valor x seria para cobrir a parte dos integrantes do projeto, mas que teria como. Eraldo diz que mesmo se for um almoço pago para todos se trataria de inclusão. Eliezer diz que vai se abster da votação por fazer parte do Grupo Escoteiro. Mário diz que concorda em realizar a devolução, pois será mais fácil. Conselheiros concordam. Eliezer diz para já realizar o depósito amanhã na conta do FIA e trazer o comprovante. Alessandra relata que esse valor já foi visto que não será utilizado, se posteriormente for verificado que esse valor é superior, é depositado o resto. Mário questiona sobre a comprovação de que a criança se encontra em baixa renda. Eliezer explica que em comum acordo foi sugerido para participar do projeto deveriam ser crianças encaminhadas da Casa lar, Cras e Creas, e por isso foi sugerido pela Alessandra (controle interno) que fossem crianças que possuem o bolsa família. Luciane diz que são cadastradas no Cadúnico, não necessariamente recebem o bolsa família. Mário diz que hoje são 14(quatorze) crianças, passaram pelo projeto 22(vinte e duas), mas foram desistindo. Eliezer diz para verificar se todas estão no Cadúnico. Alessandra (SAS) fala para Mário repassar os nomes das mães que ela verifica. Eliezer diz que no Edital para projetos e no próprio projeto diz que são para crianças carentes, não sendo esperado que o grupo fosse incluir crianças que já participavam do Escoteiro. Rosa diz que se fosse um projeto para só incluir mais crianças no Escoteiro não contemplaria, pois não seria um projeto inovador, mas sim porque era inclusão social. Alessandra (controle interno) diz que a questão é que antes do projeto eles tinham dinheiro para pagar, há crianças que frequentam o grupo desde 2013, após foram incluídos

no projeto. Mário diz que as crianças da casa lar, por exemplo, utilizavam as doações dos padrinhos. Eliezer diz que tendo as comprovações que se tratam de crianças de baixa renda essa questão é indiferente. Eliezer diz que tem outro item da pauta que a Alessandra (controle interno) poderá explicar antes de sair, que se trata do memorando nº38/2017 encaminhado a este conselho. Alessandra (controle interno) relata que é um informe de que ela preencheu e encaminhou um questionário à respeito do FIA elaborado pelo Tribunal de Contas referente ao exercício de 2016, o qual ela responde que as ações são executadas mediante Unidade Orçamentária e conta corrente específica, houve previsão e destinação orçamentária conforme Plano de Ação e aplicação, sobre a previsão na LOA referente os recursos para o Conselho Tutelar, respondeu que houve previsão somente para os subsídios dos Conselheiros Tutelares. Na questão se o município firmou TAC com o MP respondeu que não, pois trata-se do ano de 2016. Eliezer questiona se o de 2014 não continua tendo validade. Alessandra diz que a questão é se foi firmado algum em 2016, e não foi. Informa que a resposta foi positiva na questão se o município repassou recursos oriundos do FIA para entidades governamentais e também para a seguinte onde questiona se houve prestação de contas destes recursos repassados. Eliezer diz que serve como alerta para todos, que o Tribunal de Contas está em cima. Eliezer questiona quem participou das capacitações dos dias 13/11 e 16/11, para fazer suas considerações. Zélia diz que ambas foram interessantes e importantes, o promotor puxou a orelha da autoridade que possui o Conselho Tutelar e que não é respeitada, falou também que o CT é autoridade máxima frente às situações com crianças. Rosa diz que o dinheiro do FIA foi muito bem aplicado na capacitação do dia 16/11, em ambos os dias foi salientado muito a questão da rede, reforçando que ela deve se reunir até semanalmente, e o promotor também salientou que tem uma lei que a partir do ano que vem estará em vigor, que é a Lei da Escuta qualificada. Alessandra diz que o município já recebeu essa notificação sobre essa lei. Rosa diz que existe apenas uma profissional, que ela tem conhecimento, que tenha essa formação que é em Braço do Norte. Rosa diz que os conselheiros devem estar articulados, tomar decisões conjuntas. Karla diz que tem duas CTs que optaram por atender em dupla. Arile diz que apesar de fazerem plantão, possuem grupo de whatsapp, onde tiram dúvidas que surgem, mas há uma escala de controle. Rosa diz que somente ao final da capacitação que soube que a presidente da ACCT era juíza. Karla diz que Graziela (juíza) sai de Criciúma e percorre todos os municípios, mas que nem todos os conselheiros tutelares são associados. Alessandra (SAS) diz que a AMUREL está fechando outro encontro para início do ano que vem com o promotor Murillo Digiácomo. Rosa diz que ele é muito bom, e foi uma capacitação gratuita. Karla diz que as considerações do CT a respeito dos assuntos abordados nas capacitações com Sabrina, através de um parecer. Rosa diz que foi reforçado muito escutar a criança e adolescente antes de tomar qualquer providência. Alessandra diz que o Abrigo Institucional causa transtornos gravíssimos, e exemplifica com a questão de uma abrigada de 14 anos que tinha sua independência, vivia com um companheiro, porém era menor de idade, agora com certeza sairá do Abrigo com transtornos psicológicos. Ariele (CT) diz que nessa questão foi conversado com a juíza, mas a ideia dela era que a adolescente ficaria abrigada até os 18 anos. Rosa diz que na capacitação foi falado para quando a rede fizer um parecer, falar exatamente o que a rede quer, sem rodeios. Zélia reforça que foi muito pontuado que é necessário ouvir primeiramente a criança e o adolescente, para saber a opinião dela sobre seu caso e esta deve ser levada em conta. Alessandra (SAS) diz que há um estudo que a criança/adolescente que é abrigada fica com um atraso no desenvolvimento. Luciane diz que tem juiz que é afeto com a área da criança, mas essa juíza é nova, talvez ainda não tenha escolhido uma área específica, relata que o juiz anterior chamava toda a rede para uma conversa antes da audiência, fazia reuniões. Ariele diz que com esta foi feita reunião, mas ela só esteve presente nas reuniões que foram no fórum, quando foi no CRAS e CT não esteve. Luciane diz que quando tiver a capacitação da rede, poderão ter força para fazer o relatório da rede. Luciane reforça que os conselheiros devem vir nas reuniões, saber que estão se reunindo por algum motivo, com objetivos. Elto questiona sobre a lei que ainda está para entrar em vigor, diz que se já estivesse em vigor no momento estariam todos trabalhando na ilegalidade, questiona no município quantos especialistas em escuta qualificada possuem. Nas polícias não possuem nem efetivos suficientes, então quem estará ouvindo esta criança, o município não tem estrutura para isso. Katiusse diz que quando veio o ECA foi uma solicitação da população, atualmente fala-se muito da questão da redução da maioridade penal, cabe também ao conselho divulgar na mídia os direitos dos jovens, as opções que eles tem. Ariele diz que teve uma ocorrência com a polícia, onde já possuíam conhecimento do caso, mas as informações não são repassadas, a rede deve participar, ter reuniões, e quando se diz a rede, entra toda a rede de proteção e defesa. Eliezer diz que o CMDCA é o conselho mais atuante hoje no município, e estão tentando fazer com que a rede funcione, estão aos poucos evoluindo. Zélia disse que já foi procurada para solicitar uma mobilização pra campanha da redução da

maioridade penal, mas ao seu ver essa questão também deveria ser analisada pelas clínicas médicas, pois eles explicariam que cientificamente os neurônios ainda estão em formação até os dezoito anos. Eliezer lê a requisição de fonoaudiólogo, encaminhado pelo Conselho Tutelar. Karla informa que quando entrado em contato com a Secretaria de Saúde responderam que não possuem demanda. Rosilene diz que sempre aparecem na APAE pessoas solicitando esse serviço, porém não podem atender a todos devido ao Regimento Interno prever atendimento apenas para pessoas que possuem alguma deficiência, reforça que demanda tem, pois APAE também é bastante procurada. Eliezer propõe então que seja encaminhado ofício diretamente para o Prefeito, já que a resposta da Secretaria de Saúde foi esta, mas que se anexe documentos que comprovem essa necessidade, solicita que Karla encaminhe ao CMDCA. Karla diz que não tem por escrito a resposta da Secretaria de Saúde, mas tem como comprovar a necessidade. Eliezer diz que com relação a marcar a reunião da comissão de normas estarão agendando data por whatsapp. Eliezer diz que o link de inscrição para o I Seminário Regional de Captação de recursos foi encaminhado por Sabrina por e-mail, e repassa o convite aos conselheiros, será dia 01 de dezembro (amanhã), em Criciúma, no Auditório da AMREC. Sobre a última reunião de dezembro Sabrina relata que será no dia 14, 2ª quinta, se diferenciando das outras reuniões ordinárias que ocorrem sempre nas últimas quintas, devido ser a última reunião do ano e haver as férias coletivas que serão entre o dia 26/12 a 24/01. Eliezer passa a palavra a Alessandra (SAS), Alessandra diz que na última sexta participou da reunião na AMUREL, na qual foi informada sobre as “Orientações Técnicas ao Conselho Tutelar”, são orientações quanto ao funcionamento, elaborado pela FECAM, Conselho Estadual, junto com outros órgãos, e foi solicitado que todos lessem e mandassem suas observações por e-mail até o dia 30/11, que é hoje. Sabrina questiona se não teria essas orientações no e-mail. Alessandra diz que tem e vai estar repassando. Eliezer questiona se foi somente entregue sem nenhuma referência, se teria alguma formalização. Alessandra diz que está escrito. Rosa diz que mandaram via Assistência Social. Alessandra corrige, via reunião da AMUREL. Eliezer diz para quem puder analisar e mandar as observações pro grupo de trabalho, independente de data, devido ter chego ao conhecimento do conselho hoje. Alessandra (SAS) diz que todos os outros conselhos já haviam feito a reunião de novembro e só se reunirão novamente em dezembro, então acredita que também não dará tempo de analisarem até esta data estipulada. Eliezer questiona Karla sobre as considerações que foram entregues no parecer de cinco páginas. Karla diz que o parecer reforça a solicitação da atuação da rede, do sistema de garantia de direitos, não só os que se reúnem hoje, mas toda a rede, por em prática o plano SINASE, o plano decenal, e solicita que seja lido. Ariele reforça a importância da realização de ações preventivas e aproveita para informar que o CT irá se mudar, será em uma casa mais ampla, casa da Lena, pra quem conhece. Eliezer questiona se alguém tem mais algum assunto a tratar. Elto diz que reforça a reunião que teve na quinta-feira retrasada na câmara sobre educação, aproveita para parabenizar as palavras da Ariele, pelo que foi discutido lá foi possível concluir que a educação vive um ciclo, do ensino público apenas 4% chegam a Universidades Federais, e a maioria dos trabalhadores não concluem nem o ensino básico. Pelas palavras do professor Maurício, os adolescentes saem do ensino ruins, e voltam a ensinar ruins. Expedito também foi questionado dos níveis dos alunos que saem das universidades, e a resposta foi que os alunos são dedicados. Então é uma questão a ser dada atenção em todo o país. E nada mais havendo a tratar-se, foi encerrada a reunião. E, para constar, eu, Sabrina Medeiros da Silva, assistente administrativo do CMDCA, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, segue subscrita pelos membros presentes.